

28 JUN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## MAZZA

### Recurso

A decisão do Tribunal de Justiça de ratificar a liminar da primeira instância que considerou anômala a apropriação pela Prefeitura de Curitiba dos R\$ 600 milhões do IPMC (que já havia sido criticada por órgão fazendário vinculado à Previdência) estava sendo apreciada ontem para fins de recurso. O apetite municipal não é pantagruélico quanto o do Estado com seu saque de R\$ 2 bi anuais da ParanaPrevidência. O elogio que Beto Richa fez à ação policial decorre de uma sutileza subconsciente: com Francischini tudo foi pior naquele massacre.

### AGENDA

#### Casamento coletivo

Cianorte – Inscrições abertas para o casais interessados em participar do casamento coletivo. As inscrições devem ser feitas no Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense) - avenida América, 4000, ou no Cras 1 (Centro de Referência em Assistência Social) - Praça Olímpica, 236, na Zona 4, ou Cras 2 - rua Capixingui, 75, no Cianortinho. A ação integrará mais uma edição do programa Justiça no Bairro, do Tribunal de Justiça do Estado. Mais informações no <http://www.cianorte.pr.gov.br/>

### MILITÃO

#### Advogados criminalistas reunidos aqui em congresso hoje e amanhã

Começará hoje e prosseguirá até amanhã o Congresso de Advogados Criminalistas de Londrina, promovido pela OAB. O evento reunirá importantes nomes do Direito Criminal. Hoje, as atrações serão os palestrantes Elias Mattar Assad, criminalista de Curitiba e presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas, que falará sobre “Violações das prerrogativas dos advogados”; Gustavo Henrique Badaró, professor titular da USP, doutrinador, criminalista em São Paulo, que falará sobre “Presunção de inocência: conceito de trânsito em julgado da sentença”; e Fábio André Guaragni, professor e procurador do Ministério Público do Estado do Paraná, que discorrerá sobre o tema “Atividade Empresarial como fonte de risco e criminalidade econômica”. Amanhã, o evento terá sequência, com as palestras do conceituado professor Omar José Baddauy, do professor Walter Barbosa Bittar, que leciona na PUC e advoga em Londrina; e Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, famoso advogado atuante no Supremo Tribunal Federal e também no STJ, que abordará o tema “A criminalização da advocacia criminal”. As palestras começarão as 19 horas e a promoção é da Comissão de Advogados Criminalistas da OAB Londrina.

28 JUN 2017

## FOLHA DE LONDRINA

# Justiça ouve testemunhas em primeira audiência de guarda municipal

Celso Felizardo

Reportagem Local

A 6ª Vara Criminal realizou nesta terça-feira (27) a primeira audiência de instrução do processo que tem como réu o guarda municipal Ricardo Leandro Felipe, acusado de matar três pessoas em abril deste ano. Testemunhas de acusação foram ouvidas pela Justiça e pelo Ministério Público. Felipe chegou a ser levado ao fórum, mas foi liberado e retornou à PEL 1 (Penitenciária Estadual de Londrina) após solicitação das testemunhas. A segunda parte da audiência foi marcada para a próxima semana.

No dia 3 de abril, Felipe invadiu o escritório da então namorada Josiane Amorim e, após uma discussão, matou a sócia dela, Ana Regina do Nascimento Ferreira. Em seguida, seguiu para a casa da ex-namorada Rachel Espinosa e atirou contra a família, matando o filho dela, de 16 anos, na hora, e o pai, que não resistiu aos ferimentos no hospital. Nos deslocamentos e fugas, o guarda municipal roubou dois carros. O guarda municipal, que irá responder por 12 crimes, fugiu e foi preso no dia seguinte em Maracaí, no interior de São Paulo.

Na audiência desta terça foram ouvidos familiares de Amorim e Espinosa. Parentes de Ana Regina Ferreira estiveram no fórum com cami-

seta estampada com foto dela, clamando por justiça. “A gente nunca imaginava que isso pudesse acontecer com ela. Ela era muito amiga da Josiane e não concordava com o namoro”, disse um irmão de Ferreira, de apenas 17 anos. Já o filho dela, da mesma idade do tio, disse que a família vai lutar até o fim por justiça. “Estaremos aqui todas as vezes que for preciso para cobrar justiça. Ele tem que pagar pelo que fez”, disse, referindo-se ao guarda municipal.

Durante um intervalo da audiência, o advogado de Rachel Espinosa, Marcelo Camargo, disse que a cliente está muito abalada e passa por tratamentos psiquiátricos. Ele atacou a linha da defesa. “Com todo respeito, o que está sendo alegado é a tese de inimputabilidade, mas isso já está descartado. Temos laudos do Complexo Médico Penal [de Pinhais] que descartam que o réu possua problemas psicológicos. Essa tese não irá se sustentar”, avalia.

O interrogatório de Felipe só ocorrerá após todas as testemunhas serem ouvidas. Camargo acredita que, “se tudo ocorrer dentro do previsto”, serão realizadas ainda mais duas audiências. A reportagem tentou ouvir a defesa do réu, mas até o fechamento da matéria a audiência ainda não havia terminado.

28 JUN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Rodrigo Janot ajuíza ação no STF contra lei da terceirização

*Procurador argumenta que há inconstitucionalidade na recente mudança de regras do mercado de trabalho e pede a suspensão das novas regras*

Brasília – O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a lei da terceirização. Em mais uma ação que contraria o governo Michel Temer, o procurador argumenta que há inconstitucionalidade na recente mudança de regras do mercado de trabalho e pede a suspensão das novas regras. A documentação foi recebida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e o ministro Gilmar Mendes será o relator do caso.

No pedido, Janot argumenta que houve descumprimento de um pedido do Executivo de retirada da pauta do projeto de lei que serviu de base para a lei da terceirização. O procurador-geral avalia ainda que a terceirização da atividade fim e a ampliação dos contratos temporários violam o regime constitucional de “emprego socialmente protegido” e outros itens da Constituição.

“É formalmente inconstitucional a Lei 13.429, de 31 de março de 2017, por vício na tramitação do projeto de Lei 4.302/1998, que lhe deu origem. Não houve deliberação, pela Câmara dos Deputados, de requerimento de retirada da proposição legislativa, formulado por seu autor, o Presidente da República, antes

da votação conclusiva”, cita a documentação entregue ao Supremo.

Sem que a Câmara avaliasse o pedido do Palácio do Planalto de retirada do projeto da pauta, Janot argumenta que houve “usurpação de prerrogativa, em afronta à divisão funcional do poder”. A situação, diz o PGR, “colide com a Constituição”.

### MÉRITO

Além de questionar a tramitação, o procurador-geral questiona o mérito do projeto. Ao Supremo, Janot argumenta que é inconstitucional a interpretação que autoriza a terceirização de atividade fim em empresas privadas e de órgãos da administração pública. “Tal interpretação viola o regime constitucional de emprego socialmente protegido”, cita a documentação. Também é mencionada violação à função social constitucional da empresa, ao princípio isonômico nas relações de trabalho e também à regra constitucional de concurso público nas empresas estatais.

“A lei impugnada configura legislação socialmente opressiva e desproporcional, que incorre em desvio de finalidade, porquanto subverte os fins que regem o desempenho da função estatal, em violação do

interesse público”, cita o documento assinado por Janot eletronicamente às 18h36 de segunda-feira, 26.

Outro item analisado por Janot é a ampliação do período máximo dos contratos temporários de trabalho - que passaram de três meses para até nove meses. Para o procurador, a nova regra “rompe com o caráter excepcional do regime de intermediação de mão de obra, adotado pela norma revogada, viola o regime constitucional de emprego socialmente protegido e esvazia a eficácia dos direitos fundamentais sociais dos trabalhadores”.

28 JUN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### **Substituto de Janot**

Com 621 votos, o subprocurador Nicolao Dino ficou em primeiro lugar na lista tríplice produzida pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) para sucessão de Rodrigo Janot na Procuradoria-Geral da República. Em segundo lugar ficou Raquel Dodge, com 587 votos, seguida por Mario Bonsaglia, que obteve 564 votos. O candidato mais bem votado é visto como mais próximo de Rodrigo Janot. Temer deverá escolher quem será o responsável por todas as investigações de políticos e pessoa com foro por prerrogativa de função, o foro privilegiado. O novo PGR também tocará as negociações de acordos de colaboração premiada, largamente utilizados na Lava Jato, com todos interessados em citar políticos envolvidos em casos de corrupção. Após a escolha do presidente, sem prazo definido por lei, o nome do procurador escolhido passa por uma sabatina no Senado Federal.

### **Intimações pelo WhatsApp**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nessa terça-feira (27) por unanimidade a utilização do aplicativo WhatsApp como ferramenta para intimações em todo o Judiciário. A decisão foi tomada durante o julgamento virtual do Procedimento de Controle Administrativo (PCA) 0003251-94.2016.2.00.0000, ao contestar a decisão da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), que proibira a utilização do aplicativo no âmbito do juizado Civil e Criminal da Comarca de Piracanjuba (GO). O uso da ferramenta de comunicação de atos processuais pelo WhatsApp foi iniciado em 2015 e rendeu ao magistrado requerente do PCA, Gabriel Consiglierio Lessa, juiz da comarca de Piracanjuba, destaque no Prêmio Innovare, daquele ano.

28 JUN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### **Gênero...**

Sem nenhuma pauta relevante em discussão na sessão dessa terça-feira (27) na Câmara Municipal de Londrina, os vereadores usaram o expediente para aprovar um voto de repúdio endereçado ao ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Roberto Barroso, que vetou uma lei aprovada pela Câmara de Vereadores de Paranaguá (Litoral). Trata-se da suspensão da lei que queria proibir a discussão sobre gênero e orientação sexual nas escolas.

### **...número e**

Dez vereadores londrinenses aprovaram o voto de repúdio de iniciativa do vereador Filipe Barros (PRB), seis parlamentares foram contrários ao encaminhamento: Amauri Cardoso (PSDB), Boca Aberta (PR), Daniele Ziober (PPS), Estavão da Zona Sul (PTN), Gerson Araújo (PSDB) e Rony Alves (PTB).

### **...grau**

Barros argumenta que o magistrado extrapolou sua função. Os vereadores que assinaram a nota alegam que não cabe ao Poder Judiciário, por meio de liminar, suspender uma lei municipal que não conflita com o Plano Nacional de Educação que teria negado a "ideologia de gênero". O vereador Rony Alves ao justificar o voto contrário ressaltou a importância da discussão sobre orientação sexual pelos professores da rede pública. "Temos que ser responsáveis, ou seja, não podemos confundir a discussão de gênero, ideologia de gênero e orientação sexual." Alves destaca que as informações sobre orientação sexual debatidas hoje dentro escola de forma correta resguardam as crianças da possibilidade de sofrerem qualquer tipo de abuso.

28 JUN 2017

## FOLHA DE LONDRINA

### OPINIÃO DO LEITOR

#### **Impeachment no STF**

Fora (parte) do STF, Você sabia que perante a lei os ministros do Supremo Tribunal Federal estão sujeitos a sofrerem o processo de impeachment? Quem pode entrar com o pedido? Poderia ser um projeto de iniciativa popular? Seria o Congresso? Seria a OAB? Tenho essa dúvida, mas essa intervenção é constitucional e urgente.

NELSON LOPES (comerciante) – Londrina

#### **Pacotaço de desrespeito!**

Quanto sofrimento passa os servidores públicos de Curitiba. Para lutar pelos direitos adquiridos, são tratados pior que bandidos pelas forças públicas, PMs, leia-se governo estadual. Ao invés de fazer os trabalhadores municipais engolirem goela abaixo as várias medidas de ajuste fiscal, o prefeito Rafael Greca deveria debater o problema e suas causas com todos servidores e os sindicatos. Aliás, na campanha, antes da eleição deveria ter o bom senso e o mínimo de caráter em revelar estas propostas. Certamente, as escondeu para garantir votos e apoio junto aos servidores que, independentemente da figura de prefeito e vereadores, são a massa de trabalhadores que fazem a cidade acontecer e os serviços públicos não pararem. A união política com o governador Beto Richa, que agiu com violência contra manifestações do funcionalismo estadual e professores, não poderia ter outra resposta de truculência e muita violência por parte das centenas de PMs que foram jogados contra estes trabalhadores nas manifestações contrárias ao pacotaço do sr. Greca. O prefeito Rafael Greca peca pela falta de diálogo e a verdade. Isto acarreta em prejuízos não somente na esfera do funcionalismo, mas em todos setores da sociedade civil organizada que vê com maus olhos atitudes arcaicas do poder público e suas consequências desastrosas. Um prefeito que não respeita o funcionalismo não pode ser respeitado pela população, pois todos nós, cidadãos curitibanos, dependemos dia a dia dos bons préstimos de todo servidor público nas mais diferentes áreas.

CÉLIO BORBA (aposentado) - Curitiba

28 JUN 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Temer acusa Janot de 'revanche' e diz que denúncia é 'ataque irresponsável'

Primeiro presidente da República acusado formalmente de crime no exercício do cargo, Michel Temer critica procurador-geral e chama denúncia de "ficção"



*"Fui denunciado por corrupção passiva, a esta altura da vida, sem jamais ter recebido valores, nunca vi dinheiro e não participei de acordos para cometer ilícitos", afirmou Michel Temer*

Gustavo Uribe e  
Marina Dias  
Folhapress

Brasília - Em pronunciamento nessa terça-feira (27), o presidente Michel Temer disse que a PGR (Procuradoria-Geral da República) busca "revanche, destruição e vingança" ao denunciá-lo por corrupção passiva. Segundo o presidente, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, fez um "trabalho trôpego"

com o objetivo de "parar o país". Temer chamou a denúncia de "ficção" e "ataque injurioso, indigno e infame" contra sua dignidade e disse que a peça produzida por Janot é baseada em ilações.

"Essa denúncia busca a revanche, a destruição e a vingança. E ainda fatiam a denúncia para produzir fatos contra o governo, querendo fragilizá-lo. São denúncias frágeis e precárias", disse o presidente, que prosseguiu

ao afirmar que tem disposição em continuar no cargo.

"Não fugirei das batalhas e das guerras. São ataques irresponsáveis", completou.

O presidente disse ainda que a PGR abriu "precedente perigosíssimo" no país ao fazer usos de provas que, segundo ele, são "ilícitas".

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

28 JUN 2017

O peemedebista se refere à gravação de uma conversa entre ele e o empresário Joesley Batista, da JBS, em que ambos conversam sobre o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso desde outubro do ano passado. Segundo a PGR, na conversa os dois acertaram o pagamento de propina e o presidente deu aval para a compra do silêncio de Cunha.

“Fui denunciado por corrupção passiva, a esta altura da vida, sem jamais ter recebido valores, nunca vi dinheiro e não participei de acertos para cometer ilícitos”, declarou Temer.

O presidente afirmou que a denúncia apresentada pela PGR “não tem fundamento jurídico” e que, sob esse aspecto, não tinha preocupação com a matéria. No entanto, prosseguiu o presidente, fazia a declaração pública em função da “repercussão política” dos fatos.

### TOM GRAVE

O tom do discurso faz parte de uma estratégia adotada por Temer de enfrentamento direto com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a quem o presidente acusa de tentar condená-lo sem provas. O presidente aposta no espírito de corpo do Congresso ao argumentar que a PGR está em uma cruzada contra a classe política.

Para tentar demonstrar força política em meio à mais aguda crise que assolou seu governo, o peemedebista convocou uma espécie de claque para o pronunciamento. As duas primeiras fileiras do Salão Leste do Palácio do Planalto foram reservadas para parlamentares da base aliada, de partidos como PMDB, PTB e PP.

Minutos antes do discurso do presidente, os cerca de 40 deputados, que já estavam sentados em seus lugares, foram chamados para pajear Temer durante a entrada e fazer volume nas imagens geradas pela imprensa.

Entre eles estavam os dois principais cotados para a vaga de relator da denúncia contra o presidente na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara: os deputados do PMDB, Jones Martins (RS) e Alceu Moreira (RS). O posto é considerado chave para Temer, que pretende acelerar a tramitação da denúncia na Câmara para enterrá-la em votação no plenário, onde precisa de 172 votos.

Quando foi afastada do cargo de presidente da República, em 12 de maio de 2016, Dilma Rousseff havia reproduzido a mesma cena, em um discurso ladeado de parlamentares aliados e ministros de seu governo antes de deixar o cargo.

### DENÚNCIA

Na segunda-feira (26), a PGR apresentou ao STF (Supremo Tribunal Federal) uma denúncia contra o presidente sob acusação de corrupção passiva. Segundo Janot, Temer foi o destinatário final de uma mala contendo R\$ 500 mil em propina e de uma promessa de outros R\$ 38 milhões em vantagem indevida, ambas por parte da empresa JBS. É a primeira vez na história brasileira que um presidente da República é acusado formalmente de crime no exercício do cargo.

**CONTINUA**

28 JUN 2017

FOLHA DE LONDRINA  
CONTINUAÇÃO

# Janot rebate acusação e diz que Miller não negociou delação da JBS

Julia Affonso,  
Fábio Serapião e  
Fausto Macedo  
Agência Estado

**São Paulo** - O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reagiu ao pronunciamento do presidente Michel Temer. Janot afirmou que o ex-procurador da Operação Lava Jato Marcelo Miller não participou da negociação do acordo de delação premiada dos executivos da J&F, controladora da JBS. Na tarde dessa terça (27), Michel Temer citou o ex-procurador Marcelo Miller como alguém que “ganhou milhões em poucos meses” após deixar a força-tarefa e ingressar em escritório de advocacia que negociou a delação dos executivos da J&F. Temer levantou a suspeita de que Janot se beneficiou financeiramente da remuneração de Miller, mas negou, no entanto, que estivesse fazendo uma ilação.

Temer e seu ex-assessor especial Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) foram denunciados por Janot por corrupção passiva. Segundo o Ministério Público Federal, a acusação é baseada em “fatos elementos de prova”.

Em nota, a Procuradoria-Geral da República afirmou que o ex-procurador da República e hoje advogado Marcello Miller integrou a Assessoria Criminal de Janot de setembro de 2013 a maio de 2015.

“De maio de 2015 a julho de 2016, ele foi designado para integrar o Grupo de Trabalho da Operação Lava Jato na Procuradoria-Geral da República, em Brasília. A partir de 4 de julho de 2016, ele voltou a ser lotado na PR/RJ, com processos distribuídos ao seu ofício, atuando junto ao Grupo de Trabalho somente como membro colaborador. Ele solicitou exoneração do cargo de procurador da República em 23 de fevereiro de 2017, a qual foi efetivada em 5 de abril de 2017”, diz a nota.

A manifestação do Ministério Público Federal aponta ainda que a denúncia contra Temer é “baseada em fatos elementos de prova”. “Laudos da Polícia Federal, relatórios circunstanciados, registro de voos, contratos, depoimentos, gravações ambientais, imagens, vídeos, certidões, entre outros documentos, que não deixam dúvida quanto à materialidade e a autoria do crime de corrupção passiva”, afirma a Procuradoria. “A peça foi submetida à análise do Supremo Tribunal Federal e seguirá o trâmite previsto na Constituição Federal.”

# FOLHA DE LONDRINA

## Temer parte para o ataque

28 JUN 2017

Um dia após ser denunciado por corrupção passiva, o presidente Michel Temer usou a estratégia que já é comum a muitos denunciados que se veem acuados, partindo para atacar os acusadores. Em 16 minutos de pronunciamento, em frente a uma plateia formada por apoiadores, o peemedebista disse que a denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, é uma “ficção”, ou “drama de novela”. Também o acusou de reinventar o Código Penal ao incluir denúncia por ilação. Ainda colocou o procurador sob suspeita, insinuando que ele recebeu dinheiro da JBS. No pronunciamento, Temer disse que está sofrendo um ataque “injurioso, indigno e infamante” à sua dignidade pessoal. A acusação de Janot está baseada nas investigações iniciadas a partir do acordo de delação premiada da JBS. É a primeira vez que um presidente no exercício do mandato é denunciado ao STF (Supremo Tribunal Federal) por corrupção. Quanto à gravação da conversa que teve com o empresário Joesley Batista, Temer afirmou que o áudio é uma prova ilícita e não pode ser aceita pela Justiça. Sobre o que acontecerá daqui pra frente, há alguns cenários sendo desenhados por especialistas, mas a maioria ainda aposta pela conclusão do mandato – o julgamento da chapa Dilma/Temer no Tribunal Superior Eleitoral, no início de junho, só reforça a tese. A denúncia de Janot foi enviada ao ministro Edson Fachin, relator da investigação envolvendo o presidente, e só poderá ser analisada pelo Supremo após passar pela aprovação de 342 deputados federais. Os sinais de indignação frente à denúncia inédita a um chefe de estado no poder são tímidos. Muito diferente dos grandes protestos de 2015 e 2016 nas ruas de muitas cidades. O brasileiro recebeu a notícia do indiciamento na noite de segunda-feira, aparentemente já anestesiado com tantos escândalos que maltratam a imagem do País e parecem jogar ainda mais para longe uma solução para essa crise política.



28 JUN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Descuido que abastece o crime

**BRUNO LANGEANI E NATALIA POLLACHI**

Em menos de 15 dias, o Estado de São Paulo devolveu para a mão do crime ao menos 763 armas que já haviam sido apreendidas.

No dia 17, criminosos entraram no Fórum de Diadema, na Grande São Paulo, e, na ausência de câmeras de vigilância, não tiveram trabalho para render os vigias e fugir com quase 400 armas, entre revólveres, pistolas e até um fuzil.

Dias antes, no Guarujá (SP), após uma invasão semelhante, pelo menos 372 artefatos foram levados.

Os dois episódios jogam no ralo quase dois anos de trabalho policial na retirada de circulação de armas. Quatrocentas a mais aumentarão o desafio de garantir a segurança de Diadema, que já tem a maior taxa de roubo na Grande São Paulo.

Uma pesquisa do Instituto Sou da Paz —feita, sob encomenda do Ministério da Justiça, em Campinas, Campo Grande e no Recife— mostrou que esta é uma questão sistêmica em todo o país.

Armamentos apreendidos e vinculados a processos como provas deveriam, segundo a lei, ser rapidamente encaminhados, por decisão judicial, para devolução ao proprietário, se regulares, doação a forças de segurança ou destruição pelo Exército.

Apesar das diferentes dificuldades enfrentadas por cada Estado nesse processo, em todos eles a destinação pelos juizes se mostra um

No ritmo médio de apreensão e encaminhamento de armas para destruição, alguns fóruns levariam 20 anos para zerar seus estoques

gargalo, em geral por esquecimento ou mesmo desconhecimento dos riscos que a guarda prolongada dos artefatos gera para a sociedade.

Estimando prazos nas três cidades estudadas, é possível ver como a lentidão é perigosa. No ritmo médio atual de apreensão e encaminhamento de armas para destruição, alguns fóruns levariam 20 anos ou mais para zerar seus estoques.

Essa questão é antiga e motivou o Conselho Nacional de Justiça a editar, em 2011, uma resolução especificando que a destinação deveria ser feita logo após o recebimento dos laudos periciais e da consulta às partes sobre a necessidade de perícias adicionais.

E a possível decisão pela guarda da arma de fogo deveria ser fundamentada, concretizando-se apenas se for imprescindível ao esclarecimento dos fatos.

A resolução determina ainda que os tribunais façam ao menos duas remessas anuais para destruição.

Desde o ano passado, o Tribunal de Justiça de São Paulo já havia tomado a importante decisão de não rece-

ber mais armas. No entanto, apenas transferir as que estão em sua guarda para outros locais com melhores condições de segurança não é suficiente. Enquanto o Estado cochila, os criminosos aproveitam.

A principal recomendação é que o fluxo de destinação da arma seja rápido. Ao receber o laudo, que o juiz dê oportunidade de contestação à promotoria e à defesa e logo determine seu encaminhamento.

É importante ter a dimensão de que, em São Paulo, apenas 3% das apreensões são de fuzis ou submetralhadoras, armas potencialmente de interesse para doação às polícias —assim, não se justifica a manutenção de volumosos estoques.

O mais importante é tornar a destinação uma prática rotineira, escoando o fluxo de apreensões e impedindo novos acúmulos.

A segurança pública brasileira tem inúmeros desafios —lidar com desvios de armas já apreendidas não deveria ser um deles. É essencial que soluções definitivas sejam dadas, sob risco de, em alguns meses, voltarmos a discutir novos roubos.

**BRUNO LANGEANI**, bacharel em direito e relações internacionais, é gerente do Instituto Sou da Paz

**NATALIA POLLACHIMESTRE**, mestre em relações internacionais, é coordenadora de projetos no Instituto Sou da Paz

28 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Tribunal reverte decisão e absolve Vaccari

Juizes do TRF-4 revisam sentença de Sergio Moro e entendem que delações são insuficientes para condenação

**Advogado Luiz Flávio Borges D'Urso diz que 'justiça foi realizada'; petista foi condenado em mais quatro ações**

JOSÉ MARQUES  
CATIA SEABRA  
DE SÃO PAULO

MÔNICA BERGAMO  
COLUNISTA DA FOLHA

O TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), em Porto Alegre, absolveu o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto da condenação pelo juiz Sergio Moro a 15 anos e quatro meses de prisão por lavagem de dinheiro, associação criminosa e corrupção.

Esse é o primeiro processo contra Vaccari que passa pelo crivo da segunda instância. Ele foi condenado em outras quatro ações por Moro.

A decisão foi tomada por dois dos três juizes que compõem a corte, Leandro Paulsen e Victor Luiz dos Santos Laus. O relator, João Pedro Gebran Neto, pediu a condenação de Vaccari.

Paulsen e Laus entenderam que as provas do caso são insuficientes porque eram baseadas apenas em delações premiadas. O entendimento poderá ser usado como precedente para outras decisões.

Gebran entendia que a multiplicidade de delações poderia servir como prova para condenação.

"A justiça foi realizada, porquanto a acusação e a sentença basearam-se, exclusivamente, em palavra de delator, sem que houvesse nos

autos qualquer prova que pudesse corroborar tal delação", disse o advogado Luiz Flávio Borges D'Urso, que representa Vaccari. "Vale dizer, a lei proíbe condenação baseada exclusivamente em delação premiada, sem que existam provas a confirmar tal delação e foi isto que havia ocorrido neste processo".

Em sua decisão, de setembro de 2015, Moro cita falas de cinco delatores para condenar Vaccari: Paulo Roberto Costa (ex-diretor da Petrobras), Pedro Barusco (ex-gerente da Petrobras), Alberto Youssef (doleiro), Augusto Mendonça (executivo da Toyo Setal) e Eduardo Hermelino Leite (ex-vice-presidente da Camargo Corrêa).

"Os depoimentos incriminatórios, considerando apenas os colhidos nestes autos, provêm não de um, mas de cinco colaboradores (...), formando um todo coerente", disse Moro na sentença.

Vaccari está preso na região metropolitana de Curitiba. D'Urso ainda não sabe se ele poderá ganhar liberdade.

A absolvição foi comemorada pelo ex-presidente do PT, Rui Falcão. "Vaccari absolvido! Vitória do PT e da verdade. Ninguém pode ser condenado sem provas", disse.

De acordo com a sentença de primeira instância, Vaccari teria articulado repasses de ao menos R\$ 4,3 milhões da propina para o PT em contratos das diretorias de Abastecimento e Serviços da Petrobras, inclusive por meio de doações oficiais.

Para Moro, havia coincidência entre as doações e os pagamentos da Petrobras ao consórcio Interpar, um dos contratados.

O entendimento da segunda instância servirá para o julgamento de casos similares da Lava Jato, inclusive por Moro, segundo Thiago Bottino, advogado e professor de direito da FGV-Rio.

"O recado que os juizes deram é que delações não bastam", afirmou.

No mesmo processo, a pena de Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras, foi duplicada de 20 anos e oito meses para 43 anos e nove meses de reclusão.

O advogado de defesa, Antônio Augusto Figueiredo Basto, diz que a pena é desproporcional e irá recorrer. Especialista em delações premiadas, Basto assumiu a defesa de Duque este mês.

O operador Adir Assad, que também respondia à ação, continuou com pena de nove anos e dez meses.

Outros dois réus no processo, Sônia Mariza Branco e Dario Teixeira Alves Júnior, tiveram penas reduzidas.

**CONTINUA**

28 JUN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### QUATRO A UM

Vaccari é absolvido na revisão de um dos cinco processos

#### 1 Absolvido

**Condenação:** Articular repasses de ao menos R\$ 4,3 milhões em propina de contratos com a Petrobras

**Pena:** 15 anos e 4 meses de prisão

**Motivo da absolvição:** Os juízes entenderam que delações são insuficientes para condenação

#### 2

**Condenação:** Corrupção passiva, em propinas acertadas pela Engevix Engenharia com a Diretoria de Serviços da Petrobras

**Pena:** 9 anos de prisão

#### 3

**Condenação:** Corrupção passiva, por recebimento de propina em contrato da Schahin com a Petrobras

**Pena:** Cinco anos de prisão

#### 4

**Condenação:** Corrupção passiva, por acertar propinas da Kepper Fels em contratos com a Petrobras para os marqueteiros João Santana e Mônica Moura

**Pena:** Dez anos de prisão

#### 5

**Condenação:** Corrupção passiva, em contratos da Odebrecht com a Petrobras

**Pena:** 4 anos e 6 meses de prisão

28 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Aliado de Janot lidera lista tríplice para PGR

Nicolao Dino foi o mais votado entre colegas para assumir a Procuradoria a partir de setembro; escolha cabe a Temer

**Presidente pode indicar qualquer membro da carreira com mais de 35 anos; tradição é escolher o mais votado**

REYNALDO TUROLLO JR.  
GUSTAVO URIBE  
MARINA DIAS  
DE BRASÍLIA

O subprocurador-geral da República Nicolao Dino foi o nome mais votado por integrantes do Ministério Público Federal para chefiar a Procuradoria-Geral da República a partir de setembro. A eleição foi nesta terça (27).

Com 621 votos, Dino vai compor uma lista tríplice ao lado dos subprocuradores-gerais Raquel Dodge, que teve 587 votos, e Mario Bonsaglia, que recebeu 564 votos.

Oito candidatos concorreram. Dino é visto como o nome mais próximo do atual procurador-geral, Rodrigo Janot, cujo mandato termina em 17 de setembro. Ele foi o mais votado pelos colegas no mesmo dia em que o presidente Michel Temer atacou Janot por ter sido denunciado ao Supremo Tribunal Federal.

A lista tríplice, organizada pela ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), será entregue a Temer, a quem compete escolher o novo procurador-geral.

Pela Constituição, Temer pode indicar qualquer membro da carreira com mais de 35 anos de idade. Porém, desde 2003, o presidente da República escolhe o mais votado.

Segundo a ANPR, 1.108 procuradores votaram, 85% do

total. Cada votante podia escolher até três nomes —por isso a soma dos votos ultrapassa o número de eleitores. Houve ainda 605 votos em branco (18%).

Temer já disse a assessores e auxiliares que não nomeará o primeiro da lista tríplice. Além de Dino ser próximo de Janot, ele é irmão do governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), que faz oposição à gestão federal.

Em conversas reservadas, no entanto, o presidente disse que escolherá um nome da lista. Aliados têm afirmado que seu favorito é Bonsaglia, visto como moderado e aberto ao diálogo. Mas que, com Dino em primeiro, o presidente poderá optar por Raquel, que faz oposição a Janot.

A avaliação é de que seria mais fácil justificar a escolha dela, sem respeitar a ordem da lista, com o argumento de que optou por fazer uma indicação histórica ao nomear a primeira mulher procuradora-geral da República.

No Planalto, há auxiliares de Temer que defendem uma indicação breve, já em julho, qualificando uma voz dissonante da de Janot, mas também há quem avalie que o presidente não deva fazer a escolha “no afogadilho”, para não ser comparado ao procurador-geral, a quem acusa de agir com pressa.

Dino notabilizou-se como vice-procurador-geral eleitoral ao ter pedido a cassação da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), sob acu-

sação de abuso de poder político e econômico na eleição de 2014. Por 4 votos a 3, o TSE absolveu a chapa.

Natural do Maranhão, Dino ingressou no MPF (Ministério Público Federal) em 1991, já foi conselheiro do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) e coordenou a Câmara de Combate à Corrupção.

A segunda da lista, Raquel Dodge, ingressou no MPF em 1987, atua no STJ (Superior Tribunal de Justiça) na área criminal e já coordenou a Câmara Criminal. Ela ficou conhecida por conduzir a Operação Caixa de Pandora, em 2009, que revelou o chamado mensalão do DEM.

Bonsaglia, o terceiro, é de São Paulo, ingressou no MPF em 1991 e atua no STJ na área criminal e de direito público. Coordenou, até o ano passado, a Câmara de Coordenação e Revisão, que trata do sistema prisional e do controle externo da atividade policial.

**CONTINUA**

28 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### NA DISPUTA

Conheça os eleitos da lista tríplice para a PGR

621  
votos



1º Nicolao Dino

Ingresso no MPF: 1991

É subprocurador-geral da República, vice-procurador-geral eleitoral e professor de direito na UnB. Apontado como o mais próximo de Janot, pediu cassação da chapa Dilma-Temer no TSE

587  
votos



2º Raquel Dodge

Ingresso no MPF: 1987

É subprocuradora-geral da República com atuação no STJ na área criminal e integra a Câmara que trata de assuntos relacionados ao consumidor. Faz oposição a Janot

564  
votos

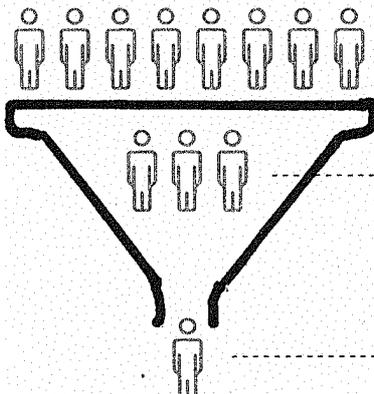


3º Mario Luiz Bonsaglia

Ingresso no MPF: 1991

É subprocuradora-geral da República com atuação criminal no STJ e vice-presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal

### COMO FOI A ELEIÇÃO



A Associação Nacional dos Procuradores da República promoveu uma votação nesta terça (27)

Será entregue ao presidente uma lista com três nomes, por ordem de votos

Pela Constituição, o presidente Michel Temer pode indicar qualquer procurador da carreira. Porém, desde 2003, o primeiro da lista tem sido escolhido



Não há prazo para Temer fazer a indicação. Antes da nomeação, há sabatina no Senado. O mandato do atual procurador-geral, Rodrigo Janot, termina no dia 17 de setembro

28 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Janot vai ao Supremo contra terceirização

Procurador-geral diz que lei sancionada por Temer  
fere Constituição e oprime trabalhador

**MAELI PRADO**  
DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou na segunda (26) uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei que libera a terceirização para todas as atividades nas empresas.

A legislação foi aprovada em 22 de março pela Câmara dos Deputados e sancionada dia 31 do mesmo mês pelo presidente Michel Temer.

Pelas novas regras, as empresas contratantes de serviços terceirizados só terão responsabilidade de caráter subsidiário, ou seja, só arcarão com multas na ausência da firma contratada (se esta estiver falida, por exemplo).

Se a prestadora de serviços deixar de pagar suas obrigações trabalhistas, funcionários terceirizados só poderão processar a empresa contratante se a prestadora de serviços não puder responder.

No pedido, Janot argumenta que a Câmara dos Deputados não cumpriu um pedido do Poder Executivo de retirada da pauta do projeto de lei que serviu de base para a lei.

“Não houve deliberação, pela Câmara dos Deputados, de requerimento de retirada da proposição legislativa, formulado por seu autor, o presidente da República, antes da votação conclusiva”, diz Janot em trecho da ação.

A não avaliação desse pedido, de acordo com o procurador, foi inconstitucional.

O procurador-geral considerou também que a terceirização da chamada atividade-fim fere o conceito de “emprego socialmente protegido”, entre outros pontos da Constituição.

“Irrestrita ampliação de terceirização para atividades finalísticas e extensão desrazoada de locação de mão de obra temporária para além de demandas imprevisíveis e extraordinárias das empresas tomadoras esvaziam o conteúdo de direitos fundamentais sociais dos trabalhadores.”

### OPRESSÃO

O texto diz ainda, citando como base informações do Ministério do Trabalho, que não é incomum que a terceirização seja usada para explorar trabalho em condições “análogas à escravidão”.

Nas dez maiores operações de combate ao trabalho escravo realizados pela pasta, 84,3% dos trabalhadores estavam subcontratados por uma empresa, em regime de terceirização, diz Janot.

“Essa análise revela o alto risco social do modelo relacional fomentado por terceirização irrestrita, como veículo de exploração predatória do trabalho no Brasil.”

Para o procurador-geral, a lei sancionada por Temer oprime os trabalhadores.

“A lei impugnada configura legislação socialmente opressiva e desproporcional”, afirma trecho da ação.

28 JUN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# A agonia de Temer

Denúncia apresentada contra o presidente descreve um roteiro plausível para o crime de corrupção passiva, embora falte a comprovação cabal

Se não acrescentou ao caso elementos essenciais que já não pertencessem ao conhecimento público, a denúncia formulada contra o presidente Michel Temer (PMDB) ampara-se em fatos graves o bastante para desacreditar o governo.

A peça acusatória, apresentada pela Procuradoria-Geral da República, descreve um roteiro plausível para o crime de corrupção passiva no exercício do mandato.

Parte-se do fatídico encontro entre Temer e Joesley Batista, da JBS, em 7 de março. Em trecho truncado da gravação do diálogo, o presidente indica ao empresário um auxiliar de confiança, Rodrigo Rocha Loures; este, em 28 de abril, foi flagrado recebendo de um emissário da JBS mala com R\$ 500 mil.

Entre uma data e outra, Loures assumiu um mandato de deputado federal (era suplente), manteve contatos com Batista e, conforme apuração policial, procurou ao menos um órgão público para tratar de interesses do frigorífico.

Embora não haja comprovação cabal de que Loures agia com conhecimento —e, mais ainda, em benefício— do presidente, a deservitura do ex-assessor do Planalto, registrada em conversas gravadas, em nada se assemelha à de alguém com mero acesso formal ao chefe.

A despeito de pronunciamentos veementes, Temer até agora não ofereceu explicações satisfatórias para os episódios. Nesta terça (27), voltou-se contra seu acusador, Rodrigo Janot, mencionando um procurador que deixou o posto

para atuar em escritório de advocacia contratado pela JBS.

Na situação inédita de um presidente acusado formalmente de corrupção no exercício do cargo, o país está mergulhado em impasse de desfecho imprevisível.

Esta **Folha** já havia proposto a renúncia conjunta de Dilma Rousseff (PT) e Temer, seguida de eleições diretas, como solução adequada para devolver legitimidade ao governo. Mais recentemente, defendeu-se aqui a cassação daquela chapa, diante das múltiplas evidências de abuso de poder econômico no pleito de 2014.

As melhores oportunidades para a superação da crise, infelizmente, ficaram para trás. Resta agora avaliar de maneira realista o panorama que se descortina.

Há dúvidas políticas e jurídicas em torno de um eventual processo por crime comum. Nem mesmo existe certeza se o prazo constitucional de seis meses é suficiente para um julgamento pelo Supremo Tribunal Federal —em caso contrário, ocorreria um retorno vexatório do acusado ao posto.

A aceitação da denúncia pela Câmara dos Deputados, de todo modo, mostra-se a hipótese menos provável hoje. Ao presidente basta evitar que se forme uma esmagadora maioria de dois terços da Casa legislativa contra si.

O núcleo palaciano tentará demonstrar a capacidade de gerir a economia e aprovar reformas mesmo sob denúncias, suspeitas e impopularidade acachapante —cenário no qual se apresentaria como uma espécie de mal menor.

Tal aposta, de fato a única restante a Temer, dificilmente evitará, entretanto, que o governo se arraste como um morto-vivo pelos 18 longos meses ainda pela frente.

# FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

## Por que Temer não cai?

**SÃO PAULO** - Por que Michel Temer não cai? Moralmente, ele já está liquidado. Deixou-se apanhar numa gravação em que se comporta de modo incompatível com o cargo. O caso jurídico contra ele também é sólido. Talvez não seja tão apodítico quanto quer Rodrigo Janot, mas a denúncia oferecida nesta segunda certamente mereceria ser posta à prova num julgamento perante o STF.

O presidente, porém, vai se agarrando ao cargo. Ele tem o apoio do empresariado, ainda que este se torne cada vez mais tíbio, à medida que fica claro que o governo não conseguirá entregar um pacote de reformas à altura da encrenca fiscal.

Temer também encontra sustentação num grupo relativamente coeso de parlamentares. E bastam 172 deputados —um terço da Casa— para assegurar que a denúncia de Janot contra o presidente não avance e também para bloquear um eventual processo de impeachment. Esses congressistas acreditam, a meu ver erroneamente, que a manutenção de Temer será capaz de estancar a sangria da Lava Jato.

O fator mais notável a dar sobrevivência a Temer, porém, é uma ausência. Não há, pelo menos até aqui, um movimento popular forte exigindo sua saída. Se há algo que as ciências sociais são ruins em explicar é a eclosão de protestos generalizados. A literatura oferece apenas umas poucas pistas, que não são das mais animadoras para os que desejam ver o presidente expelido do cargo.

O surgimento de manifestações maciças já foi correlacionado à inflação, particularmente à inflação de alimentos, e, paradoxalmente, a crescimento econômico recente (que, por alguma razão, passa a ser visto como ameaçado). Nenhum dos dois elementos está presente no Brasil hoje, já que a inflação é cadente e o crescimento, após dois anos de recessão, não passa de uma pálida memória.

Se não houver mudanças nesse quadro, teremos de aturar Temer até 2019.

28 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## BERNARDO MELLO FRANCO

### A ficção de Temer

28 JUN 2017

**BRASÍLIA.** Michel Temer adotou uma velha tática para reagir à denúncia por suposta prática de corrupção. Em vez de se defender, o presidente se declarou indignado e atacou o acusador. Ele radicalizou o embate com o procurador-geral da República e classificou a denúncia entregue ao STF como “uma ficção”.

A peça do Ministério Público pode ter fragilidades, mas é Temer quem parece ter abandonado qualquer compromisso com a verdade. Nesta terça, ele começou o discurso agradecendo o “apoio extremamente espontâneo” dos parlamentares que estavam no Planalto. A tropa havia sido convocada minutos antes, em mensagens disparadas por celular.

O presidente apresentou duas versões diferentes para a encrenca em que se meteu. Primeiro insinuou, sem apresentar provas, que o procurador Rodrigo Janot teria recebido propina para denunciá-lo. Depois sustentou que o dono da JBS o acusou no “desespero de se safar da cadeia”.

No meio do caminho, Temer cometeu erros primários para quem se gaba de conhecer as leis. Definiu o áudio de Joesley Batista como “prova ilícita”, apesar de o STF já ter decidido que é permitido gravar as próprias conversas. E acusou um ex-assessor de Janot de violar a quarentena, regra que inexistia para procuradores.

O presidente pareceu indeciso sobre o que pensa do dono da JBS. Ao justificar o encontro noturno no Jaburu, exaltou o empresário como o “maior produtor de proteína animal do país”. Ao rebater a delação, voltou a chamá-lo de “bandido”.

Numa tentativa de sinalizar que terá apoio para barrar a denúncia na Câmara, o presidente discursou cercado de deputados. Pode ter sido uma boa ideia, mas ele deixou a desejar na seleção do elenco.

A seu lado estava a deputada Raquel Muniz, mulher de um prefeito mineiro preso sob acusação de corrupção. Logo atrás dela, despontava o deputado Júlio Lopes, delatado na Lava Jato e investigado no esquema do ex-governador Sérgio Cabral.

## Consequências

Aprendi a admirar o professor Oscar Vilhena Vieira, que, infelizmente, conheço apenas pela leitura de seus excelentes artigos publicados aos sábados na **Folha** e pelo seu brilhante protagonismo em eventuais discussões televisivas. Peço licença para discordar ligeiramente de suas conclusões no seu artigo de 24/6, no qual fui citado.

Vilhena tem razão quando interpreta que a minha afirmação “a paixão política costuma cobrar caro sua imprevidência” referia-se ao STF.

Não creio, entretanto, que ele tenha razão ao generalizá-la para os julgamentos de qualquer outro nível (sob os quais existe controle “superior”), mesmo porque todos conhecemos a arte da “exegese criativa” que usa a ética “consequencialista” (veja-se, por exemplo, como, com uma lógica digna de hospício, um aumento fixo e absoluto de R\$ 60 para todos os funcionários foi “transformado de forma coerente e imparcial”, por tribunais superiores, num aumento de 13% sobre todos os salários do Judiciário!).

Em 1986, em plena Constituinte, tentei me convencer das virtudes e dos riscos de sacralizarmos o STF, colocando sobre os ombros de 11 brasileiros o papel moderador e controlador das relações independentes (mas harmônicas) entre os três Poderes da República.

Na Constituinte não tivemos, infelizmente, nenhum constitucionalista consagrado para nos transmitir suas lições. O argumento pragmático que venceu minha resistência foi o de que estávamos vivenciando um fato: qualquer cidadão poderia, por circunstâncias especiais ou por acidente, chegar a qualquer cargo, mesmo à Presidência da República!

Diante disso, decidi que a suprema honra que a nação pode prestar a um cidadão é escolhê-lo para o STF e colocar-lhe nas mãos 1/11 do seu destino. Uma vez aprovado, ele não tem mais passado. Só tem futuro nas “nuvens”: será imortal enquanto seus pares (presentes e futuros) o reverenciarem citando as lições que incorporou aos seus votos. Essa é a sua única e definitiva recompensa. A “responsabilidade”, seu único fardo...

Na minha modestíssima opinião de medíocre constituinte, o STF não deve ser eleito pela “vox populi” porque esta, em geral, quer “vingança”, não “justiça”. É “escolhido” indiretamente, por meio de um filtro mais restrito, por agentes eleitos por ela.

Trata-se de seleção de segundo grau, elitista, rigorosa e sem concurso público dos membros da única instituição que pode errar por último e da qual não caberá recurso! É por isso que deve fundamentar suas decisões analisando, explicitamente, as consequências a curto e longo prazo das alternativas que tem à sua disposição (pense nas “consequências” para o sistema eleitoral da sua recusa, por motivos metafísicos, da regra de barragem).

28 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### Matar ou morrer

Com os duros ataques que fez, Michel Temer arrastou Rodrigo Janot para o terreno da política. Aliados justificam o tom com o argumento de que foi Janot, com a decisão de fatiar as denúncias contra o presidente, quem cedeu a um calendário político. O peemedebista quer sobreviver até 17 de setembro, quando nomeará o novo PGR. Até lá, esgaçará a crise, sem medo de dar a ela ares de impasse institucional. Não luta só pelo cargo, confessam auxiliares, mas pela liberdade.

## MÔNICA BERGAMO

### **OUTRAS VOZES**

A ação no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre deputados e senadores sócios de emissoras de rádio ou TV terá no papel de “amicus curiae” (parte interessada) a ONG Artigo 19, o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) e a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). As duas primeiras entidades são abertamente contrárias à posse por políticos.

### **VOZES 2**

Os três pedidos foram aceitos na quinta (22), dois dias após a Abert solicitar que fosse ouvida no processo. Na petição ao ministro Gilmar Mendes, relator do caso, a associação diz que o pleito é improcedente. E também requer que o STF interrompa ações em instâncias inferiores sobre o tema, até que a corte analise o mérito. “Há insegurança jurídica. Já foram cinco decisões para tirar rádios do ar”, diz Cristiano Flores, da Abert.

28 JUN 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **Cármem Lúcia defende concurso público para contratação**

A presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármem Lúcia, defendeu ontem a realização de concurso público como instrumento de seleção de pessoal para o serviço público.

“O concurso público não é

algo desta Constituição que vai completar 29 anos em outubro, ele vem desde o período do Império, das primeiras constituições republicanas”, disse a ministra, ao participar da última sessão plenária do do CNJ no primeiro semestre.

### **Justiça autoriza deputado federal preso a exercer mandato durante o dia**

A Justiça do Distrito Federal autorizou ontem o deputado federal Celso Jacob (PMDB-RJ) a exercer o mandato na Câmara dos Deputados durante o dia e retornar ao presídio no período noturno. Jacob foi

preso após ser condenado definitivamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 7 anos e 2 meses em regime semiaberto pelos crimes de falsificação de documento público e dispensa de licitação.

28 JUN 2017

## BEMPARANÁ

Questão De Direito Público

### Indenização para servidor que trabalha em região de fronteira depende de regulamentação

\*Euclides Morais

A indenização para servidor público federal que trabalha em regiões de fronteira, instituída pela Lei 12.855/13, ainda depende de regulamentação pelo Poder Executivo, segundo entendimento da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso interposto pelo Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Paraná.

No recurso, o sindicato sustentou que os servidores lotados em Cascavel teriam direito "claro" a receber a indenização, uma vez que essa

cidade paranaense fica próxima da fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

A indenização foi instituída para os servidores da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e para os auditores da Receita Federal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ajuizada na Vara Federal de Foz do Iguaçu (PR), a ação com pedido de liminar foi julgada improcedente. Em grau de recurso, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou a sentença. Inconformado, o sindicato recorreu ao STJ.

O relator, ministro Sérgio Kukina, salientou que, conforme entendimento já firmado pelo STJ, o pagamento dessa indenização está condicionado à edição de regulamento pelo Poder Executivo, "de modo que não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, fixar o rol de servidores que a ela farão jus nem lhes atribuir vantagem ou indenização correlatas".

O voto do relator foi acompanhado pelos demais ministros da Primeira Turma.

\*Euclides Morais- advogado  
(euclides@direitopublico.adv.br)

### Terceirização

#### Janot pede suspensão da lei no STF

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a lei da terceirização. Em mais uma ação que contraria o governo Michel Temer, o procurador argumenta que há inconstitucionalidade na recente mudança de regras do mercado de trabalho e pede a suspensão das novas regras. A documentação foi recebida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e o ministro Gilmar Mendes será o relator do caso.

No pedido, Janot argumenta que houve descumprimento de um pedido do

Executivo de retirada da pauta do projeto de lei que serviu de base para a lei da terceirização. O procurador-geral avalia ainda que a terceirização da atividade fim e a ampliação dos contratos temporários violam o regime constitucional de "emprego socialmente protegido" e outros itens da Constituição.

Sem que a Câmara avaliasse o pedido do Palácio do Planalto de retirada do projeto da pauta, Janot argumenta que houve "usurpação de prerrogativa, em afronta à divisão funcional do poder". A situação, diz o PGR, "colide com a Constituição".

28 JUN 2017

## **BEMPARANÁ**

### **Tribunal contraria Moro e livra tesoureiro do PT**

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) derrubou uma sentença do juiz federal Sérgio Moro e absolveu o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto de 15 anos e 4 meses de prisão. O petista era acusado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Em nota, o Tribunal informou que os desembargadores entenderam que as provas contra Vaccari são “insuficientes” e se basearam “apenas em delações premiadas”.

A denúncia acusava Vaccari de ter intermediado para o PT “ao menos R\$ 4,26 milhões de propinas acertadas com a Diretoria de Serviços e Engenharia da Petrobras pelo contrato do Consórcio Interpar”. Na mesma decisão, a 8ª Turma aumentou a pena do ex-diretor de serviços da Petrobras Renato de Souza Duque em 23 anos, manteve a pena do empresário Adir Assad, e diminuiu a pena de Sônia Mariza Branco e Dario Teixeira Alves Júnior.

O TRF4 mantém jurisdição no Paraná, base da Operação Lava Jato. Todos os atos do juiz Sérgio Moro são submetidos ao crivo da 8ª Turma da Corte federal, composta por três desembargadores. Mesmo após o julgamento das apelações, os réus ainda podem recorrer na própria corte questionando a decisão da Turma. O ex-tesoureiro do PT está preso desde abril de 2015.

A sentença de 15 anos e 4 meses era a primeira e a mais alta de Vaccari na Lava Jato. O ex-tesoureiro do PT foi condenado em outros quatro processos.

**BEMPARANÁ 28 JUN 2017**

## **MP define lista tríplice para sucessor de Janot**

Os procuradores da República, em todo País, elegeram ontem a lista tríplice para a cadeira do procurador-geral da República: Nicolao Dino, Raquel Dodge e Mario Bonsaglia, pela ordem, foram escolhidos pela classe em eleição interna promovida pela Associação Nacional dos Procuradores da República. A lista será levada ao presidente Michel Temer a quem cabe indicar o chefe do Ministério Público Federal.

Nicolao teve 621 votos, Raquel, 587 e Mário, 564. O presidente não é obrigado a escolher nenhum nome da lista, conforme prevê a Constituição. Dino é vice procurador-geral Eleitoral e foi responsável pela acusação no caso da chapa Dilma-Temer, quando pediu a cassação do mandato do presidente Michel Temer. O subprocurador é irmão do governador do Maranhão, o juiz federal Flávio Dino. A escolha do sucessor de Janot se dá em um cenário de tensão entre o Ministério Público Federal e o Poder Executivo por conta dos desdobramentos da Operação Lava Jato e da primeira denúncia - de possíveis três - contra Temer oferecida na segunda-feira.

O primeiro colocado da lista tríplice, Nicolao Dino, tem apoio do atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que acaba de oferecer denúncia criminal contra Temer por corrupção passiva no caso JBS. O procurador e o presidente travam um duelo histórico. Aliados de Temer têm sugerido ao presidente que ignore a lista tríplice dos procuradores, optando por um nome de sua estrita confiança para comandar a instituição nos próximos dois anos.

28 JUN 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

### TRF4 reverte decisão de Moro e absolve Vaccari Neto

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) absolveu ontem (27) em segunda instância o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. Ele havia sido condenado pelo juiz federal Sérgio Moro a 15 anos e quatro meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em uma ação penal resultante da 10ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2015. Por maioria de votos, a 8ª Turma do TRF4 considerou que as provas contra Vaccari são insuficientes por se basearem apenas em delações premiadas.

“A existência exclusiva de depoimentos prestados por colaboradores não é capaz de subsidiar a condenação de 15 anos de reclusão proferida em primeiro grau de jurisdição, uma vez que a Lei 12.850/13 reclama, para tanto, a existência de provas materiais de corroboração que, no caso concreto, existem quanto aos demais réus, mas não quanto a João Vaccari”, disse o desembargador federal Leandro Paulsen ao proferir seu voto. ■

### NOTAS POLÍTICAS

#### Crime inafiançável

A deputada federal Christiane Yared (PR-PR) decidiu, nesta semana, apresentar da Câmara dos Deputados proposta que torna inafiançável homicídio causado por condutor de veículo que esteja sob efeito de álcool. O Projeto de Lei de número 7950/17 foi protocolado nesta terça-feira (27). A parlamentar tenta aprovar a alteração dos artigos 323 e 325 do Código Penal para, além de impedir fiança de soltura do responsável, reajustar consideravelmente os valores da fiança para lesão corporal causada pelas mesmas circunstâncias.

#### Pedido a Moro

Os advogados que representam a mulher do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, pediram ao juiz federal Sérgio Moro que libere cerca de R\$ 11 milhões que foram bloqueados, quando ele determinou a prisão dela e do marido. A defesa alega que, com a absolvição dela, o dinheiro deveria ter sido devolvido. Na decisão em que absolveu a mulher de Cabral, Moro determinou que o dinheiro fosse encaminhado para a 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Segundo o magistrado, apesar de Adriana ter sido absolvida no processo que respondia em Curitiba, é acusada em vários outros no Rio de Janeiro.

**28 JUN 2017**

## **GAZETA DO POVO**

### **TJ-PR mantém liminar que impede saque de R\$ 600 milhões do IPMC pela prefeitura**

**Medida foi aprovada em segundo turno pela Câmara de Vereadores nesta manhã a faz parte do ajuste fiscal proposto pela prefeitura**

Felipe Raicoski, especial para a Gazeta do Povo

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) manteve a liminar que impede a transferência de recursos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC) para a prefeitura do município. A liminar, concedida na última semana pela juíza da 5ª Vara da Fazenda Pública Patrícia Almeida Gomes Bergonse, foi pedida pelo Sindicato dos Servidores da Guarda Municipal (Sigmuc), e mantida pelo desembargador Renato Braga Bettega, presidente da corte, nesta segunda-feira (26). Cabe recurso da decisão.

A medida, que faz parte do “pacotão” aprovado em segunda votação na manhã desta terça-feira (27) em sessão especial da Câmara Municipal, permite que a administração municipal saque R\$ 600 milhões do IPMC, dinheiro proveniente de “indébitos previdenciários” de contribuições patronais dos aposentados e pensionistas. Segundo decisão do desembargador, a liminar foi mantida já que tal instrumento não consta na legislação. No documento, Bettega classifica a medida como “inovação legislativa”.

O advogado do Sismuc (Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba) e especialista em direito previdenciário, Ludimar Rafanhim, comemora a decisão do TJ-PR e aponta para a contradição na posição da administração municipal. “Eles alegam que a questão é apenas de

**CONTINUA**

**28 JUN 2017**

**CONTINUAÇÃO**

## **GAZETA DO POVO**

interpretação da lei, que o saque seria legal. Porém, se fosse assim, por que estão tentando modificar a lei? Fosse só interpretação, não seria necessário mudar nada”, alegou.

Segundo Rafanhim, toda contribuição feita ao IPMC seguiu a regulamentação específica e não estaria sujeita ao repasse solicitado pela prefeitura. O advogado afirma que a tentativa da administração municipal é alterar a Lei Municipal nº 9626/1999 e cita o caso da Paranáprevidência, que em 2015 teve sacado de seu fundo cerca de R\$ 500 milhões pelo governo estadual. O jurista ainda levanta uma incoerência no discurso da prefeitura. “Dizem que o IPMC tem deficit de 15 milhões e querem sacar 600 milhões do instituto? É algo difícil de aceitar. Acho fundamental essa decisão para não acabar ocorrendo o mesmo que aconteceu com a Paranáprevidência. Uma vez sacado o dinheiro, não tem mais volta”, concluiu.

Procurada, a prefeitura de Curitiba disse que a Procuradoria-Geral do Município (PGM) vai recorrer da decisão.

**28 JUN 2017**

## **GAZETA DO POVO**

### **Sindicatos irão à Justiça para tentar reverter aprovação do pacote de Greca**

**Diante do insucesso em cobrarem a retirada dos projetos de ajuste fiscal, servidores tentarão a via judicial para reverter a derrota para a prefeitura**

Depois de aprovado em dois turnos os quatro projetos que fazem parte do pacote de ajustes fiscais proposto pela prefeitura de Curitiba, os principais sindicatos que representam os servidores municipais confirmam que o próximo passo a ser dado é a judicialização para tentar reverter o resultado das votações. Além de recorrer à Justiça, os representantes também preparam outras formas de mobilizações para mostrar para a população quais serão os efeitos dos ajustes na prática.

A expectativa geral dos representantes é que a Justiça também considere inconstitucionais alguns aspectos dos projetos, assim como os setores jurídicos dos sindicatos têm considerado. Ainda durante a manifestação que ocorreu em frente ao prédio da prefeitura, o diretor do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac), Rafael Furtado, argumentou que os vereadores “não tinham o respaldo da Constituição Federal” para votar os projetos e que o próximo passo é “ver se a Justiça também vai passar por cima da Constituição, como fizeram os vereadores”.

De acordo com o representante, a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) em manter a liminar que impede o saque de cerca de R\$ 600 milhões do Instituto de Previdência dos Servidores do

**CONTINUA**

28 JUN 2017

**CONTINUAÇÃO** **GAZETA DO POVO**

Município de Curitiba (IPMC) já é um resultado positivo dessa judicialização e que ela deve, portanto, ser ampliada.

Luiz Vecchi, presidente do Sindicato dos Servidores da Guarda Municipal de Curitiba (Sigmuc), também aponta recorrer à Justiça como o caminho a ser seguido pelas entidades que representam os servidores. De acordo com ele, ações semelhantes no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde ajustes fiscais foram votados e aprovados, ações judiciais foram aceitas e, por isso, existiria jurisprudência para reverter as votações ocorridas em Curitiba.

“O nosso setor jurídico vai ter bastante trabalho nos próximos dias porque a gente sabe que esses projetos votados possuem muitos pontos inconstitucionais e vamos trabalhar nisso para tentar reverter esse resultado”, explica o presidente do Sigmuc.

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba (Sismuc) também confirma que recorrer à Justiça deve ser um dos próximos passos dados, mas a diretoria do Sismuc ainda não discutiu qual seria exatamente o caminho a ser seguido a partir de agora. Segundo a assessoria do sindicato, há um calendário de mobilização que será cumprido nos próximos dias e só então ocorrerá uma reunião com representantes dos outros sindicatos para ver em conjunto como esse processo deve funcionar.

**“Último” ato**

Outro passo a ser dado pelos sindicatos depois da aprovação dos projetos que fazem parte do pacote de ajuste fiscal é a mobilização de servidores na Câmara de Vereadores de Curitiba nesta quarta-feira (28). O ato deve começar por volta das 8 horas e contará com a presença do Sismuc, Sismmac e Sigmuc. De acordo com Luiz Vecchi, do Sigmuc, o ato será “para acompanhar como os vereadores se portam depois das votações na Ópera de Arame”. Essa manifestação dos servidores é a última organizada antes do encerramento das sessões

**CONTINUA**

28 JUN 2017

**CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO**

ordinárias da Câmara no primeiro semestre, que está marcada para esta quarta.

Os três sindicatos também devem integrar o “dia de paralisação nacional” que ocorrerá na sexta-feira (30). Nenhuma das categorias representadas deve parar neste dia, já que os servidores irão para o ato apenas depois do expediente ou, no caso dos guardas municipais, apenas quem estiver de folga.

**Outros passos**

Há ainda algumas outras ações que os sindicatos poderão tomar nas próximas semanas, como mostrar “na prática os efeitos negativos da aprovação dos projetos”. Rafael Furtado, do Sismmac, garante que o caminho será provar que o alerta de “desmonte” dado pelos servidores antes da votação será sentido pela população.

“A gente vai mostrar que vão piorar as condições de trabalho dos servidores de saúde, educação e segurança e que isso também vai piorar a vida das pessoas que dependem destes serviços, que já não é fácil. Isso é o que a gente vai denunciar agora para comunidade e cobrar dos vereadores de cada região essa responsabilidade dos atos deles na Ópera de Arame”, destaca Furtado.

O Sigmuc também vê a possibilidade de propor um projeto de lei de iniciativa popular para reduzir os salários dos vereadores e dos comissionados da prefeitura. Segundo o presidente do sindicato, essa foi uma demanda trazida pelos servidores da categoria e que a diretoria já estuda qual a melhor alternativa para ser colocada em prática. “O nosso argumento será o mesmo da prefeitura e dos vereadores: a necessidade de cortar gastos”, finaliza Luiz Vecchi